



CONGRESSO NACIONAL

MPV - 459

00213

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

|                    |  |
|--------------------|--|
| data<br>01/04/2009 | Proposição<br><b>Medida Provisória nº 459 de 25 de março de 2009</b> |
|--------------------|--|

|  |                  |
|--|------------------|
| Autor<br><b>Senador Inácio Arruda PC DOB</b> | nº do prontuário |
|--|------------------|

|              |                |                |   |                       |
|--------------|----------------|----------------|---|-----------------------|
| 1 Supressiva | 2 Substitutiva | 3 Modificativa | 4 <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva | 5 Substitutivo global |
|--------------|----------------|----------------|---|-----------------------|

|        |        |           |        |        |
|--------|--------|-----------|--------|--------|
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |
|--------|--------|-----------|--------|--------|

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

**Acrescente-se os parágrafos 3º e 4º ao Art. 66 da Medida Provisória nº 459 de 25 de março de 2009, com a seguinte redação:**

**Art. 66.** .....

§ 1º .....

§ 2º .....

§ 3º. A União, Estados, Distrito Federal e Municípios, quando for o caso, poderão, por decisão motivada, admitir a regularização fundiária de interesse específico em Áreas de Preservação Permanente, ocupadas até 31 de dezembro de 2007 e inseridas em área urbana consolidada, desde que estudo técnico comprove que essa intervenção implica na melhoria das condições ambientais em relação à situação de ocupação irregular anterior.

§ 4º. O estudo técnico referido no art. 66 § 3º deverá ser elaborado por profissional legalmente habilitado, ser compatível com o projeto de regularização fundiária e conter, no mínimo, os seguintes elementos:

I - caracterização da situação ambiental da área a ser regularizada;

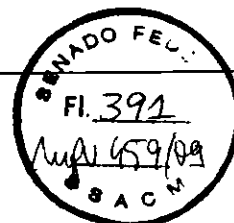
II – especificação dos sistemas de saneamento básico;

III – proposição de intervenções para o controle de riscos geotécnicos e de inundações;

IV – recuperação de áreas degradadas e daquelas não passíveis de regularização;

V – comprovação da melhoria das condições de sustentabilidade urbano-ambiental, considerados o uso adequado dos recursos hídricos e a proteção das unidades de conservação, quando for o caso;

PARLAMENTAR

**Senador Inácio Arruda**



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data  
01/04/2009

Proposição  
**Medida Provisória nº 459 de 25 de março de 2009**

Autor  
**Senador Inácio Arruda**

nº do prontuário

1 Supressiva    2. Substitutiva    3. Modificativa    4. **X** Aditiva    5. Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

### Continua

VI – comprovação da melhoria da habitabilidade dos moradores propiciada pela regularização proposta;

VII – garantia de acesso público às praias e aos cursos d'água, quando for o caso;

VIII – indicação para demolição de edificações, localizadas dentro de Área de Proteção Permanente, quando o estudo técnico, aprovado pelo órgão licenciador, comprovar que a obra possa acarretar risco de vida para seus habitantes;

### **Justificativa**

A presente emenda visa garantir a todo cidadão, não proprietário de imóvel residencial, o direito de acesso à moradia própria, conforme determina o artigo 6º, da CF/88. O art. 40, da Lei nº 6.766/79, também preceitua que “A regularização fundiária dos assentamentos ou parcelamentos do solo informais, implantados de fato, que não se confunde com a disputa feudal pela titularidade do domínio da terra, constitui um dever e não apenas uma mera faculdade da Prefeitura Municipal ou Distrito Federal”.

Ademais, a regularização fundiária, tal como proposta na presente emenda, é a única via capaz de mitigar as lesões urbanísticas que vêm sendo praticadas, há décadas, nos centros urbanos das pequenas, médias e grandes cidades brasileiras, com graves danos não só ao meio ambiente, mas, sobretudo ao bem-estar da população.

PARLAMENTAR

**Senador Inácio Arruda**

